

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 16 • 2008



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2008

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 16 • 2008

ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso

DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas

PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO

CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Fábrica da Pólvora de Barcarena

Estrada das Fontainhas

2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta

On prie l'échange

Exchange wanted

Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

REFLEXÕES EM TORNO DA EGITÂNIA DA ANTIGUIDADE TARDIA¹

Por M. Justino Maciel²

Uma das novidades que caracteriza a Antiguidade Tardia é a evolução dos espaços das cidades, nas suas muralhas, nos seus recintos e nos seus edifícios, assim como um novo tipo de interações com o respectivo território. Tem-se vindo progressivamente a dar conta desta realidade, associando a chamada crise do séc. III d.C. ao desenvolvimento de um amplo sistema de transformações que progride em continuidade dos inícios desse século ao séc. VIII.

As transformações verificadas vão das mudanças político-sociais às novas atitudes filosóficas, das invasões bárbaras ao advento das religiões orientais, das perseguições à tolerância e posterior reconhecimento oficial do cristianismo, das *uillae*, *uici* e *castella* ao surgimento do *suburbium*, *parochiae* rurais e *monasteria*. A arte, nas suas vertentes urbanísticas, arquitectónicas e decorativas, acompanha os acontecimentos, as vivências existenciais e as expectativas de futuro.

A antiga capital da *Ciuitas Igaeditanorum*, cujo nome real não nos surge documentado no período da romanização, foi marcada, como qualquer cidade romanizada, por esta evolução em continuidade, designadamente com a introdução da topografia cristã. Entendemos por topografia cristã o característico modo de o cristianismo funcionalizar o espaço construído, tendo em vista o enquadramento directo ou indirecto da sua liturgia. De facto, o cristianismo da época apostólica não idealizava locais próprios de culto, como não aceitava, na linha veterotestamentária, comportamentos iconográficos. Ainda nos finais do séc. III ou princípios do IV, o concílio hispânico de Elvira (Granada) proibia as pinturas nas igrejas (VIVES, 1963, p. 8)³. E o texto fundador dos Evangelhos, à pergunta da Samaritana se deveria ser na Samaria, no monte Guerisim, ou em Jerusalém que se deveria adorar, Cristo responde que, nos novos tempos, não deveria ser num ou noutro lugar⁴, mas em espírito e verdade⁵, ou seja, em qualquer lugar e intimamente. A necessidade de desafogo e de proporcionar dignidade ao culto levou, todavia, os cristãos a construir edifícios próprios para as suas vivências do sagrado, fossem eles *martyria*, baptistérios ou basílicas. E assim aparecem nas cidades novas construções que progressivamente se singulari-

¹ Tópicos reportados a uma conferência que proferi na Sé Catedral da Egitânia em 10 de Maio de 2003, a convite da Ex.ma Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Agradeço ao Prof. Doutor João Luís Cardoso o convite para aqui me associar à Homenagem ao Professor Octávio da Veiga Ferreira, lembrando os gratos e frutuozos contactos que com ele mantive desde os primeiros anos da década de 1970. Os trabalhos de investigação arqueológica do Professor Octávio da Veiga Ferreira também se estenderam à Egitânia e seu território, destacando-se na área da Antiguidade Tardia aqueles que desenvolveu em colaboração estreita com D. Fernando de Almeida, permitindo um conhecimento mais aprofundado desta antiga sede de diocese suevo-visigótica.

² Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³ Cânón XXVI: *Placuit picturas in ecclesia esse non debere, ne quod colitur et adoratur in parietibus depingatur.*

⁴ Jo. 4, 21: *Neque in monte hoc, neque in Ierosolymis.*

⁵ Jo. 4, 24: *In spiritu et ueritate oportet adorare.*

zam dentro da arquitectura romana e, ao mesmo tempo, marcam, pontuam e condicionam o evoluir dos traçados urbanos.

A questão da topografia cristã insere-se no contexto mais vasto do urbanismo romano, quando se considera a cidade, ou a dinâmica das construções rurais, quando se consideram as *uillae* e o território, interagindo com a totalidade do sistema de transformações que caracteriza a Antiguidade Tardia. Na Egitânia e seu território é possível distinguir, neste âmbito cronológico, os três contextos que se verificam *in genere* nas antigas delimitações geográficas da Galécia e da Lusitânia: romano tardio, suévico e visigótico.

O CONTEXTO ROMANO TARDIO

A marca principal das transformações operadas na Egitânia no período romano tardio é, sem dúvida, o perímetro amuralhado ainda hoje visível ou localizável em toda a extensão (Fig. 1), num total de 754 metros (ALMEIDA, 1977, p. 10). As escavações de D. Fernando de Almeida e de Octávio da Veiga Ferreira revelaram que os novos muros destruíram edifícios pré-existentes, como se pode constatar da planta publicada por Th. Hauschild (SCHLUNK & HAUSCHILD, 1978, p. 149, Abb. 89b), que reproduzimos (Fig. 2), e deixaram outros de fora, como uns *balnea* (ALMEIDA & FERREIRA, 1966, p. 109-116 e 1968, p. 61-70). Significa isto, como genericamente se verifica em outras cidades romanas, que a Egitânia se viu reduzida no espaço urbano, sacrificando grande parte de si mesma para melhor garantir a sobrevivência e a defesa estratégica perante as ameaças de invasões bárbaras, que se agravavam pelo facto de este aglomerado urbano se encontrar no traçado da via *Bracara-Emerita*. O levantamento desta muralha, como nas demais cidades da Lusitânia, reportar-se-á aos séculos III-IV. J. Alarcão fala do séc. IV, com possíveis reconstruções ou reparações na Idade Média (1988, p. 74).



Fig. 1 – Egitânia. Muralha romana da época tardia.

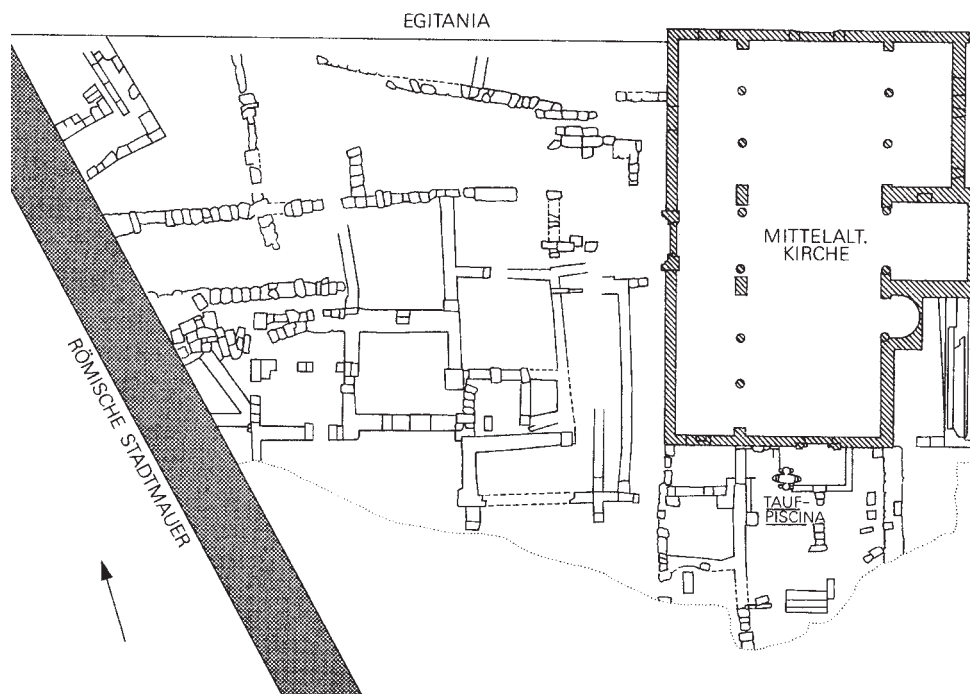


Fig. 2 – Planta da zona envolvente da Sé Catedral da Egítânia, segundo Th. Hauschild.

Faltam estudos e prospecções arqueológicas no sentido de explorar dados que permitam ajuizar do relacionamento entre a cidade e o campo no *territorium* egitaniense. Como noutros locais, a redução do recinto urbano deverá ter sido compensada com o desenvolvimento das *uillae*.

Um mosaico identificado e desenhado por D. Fernando de Almeida (1975, p. 219-220, pl. LXXVII) quando se procedia à abertura de um canal de irrigação, pode revelar, como a ponta de um véu, o dinamismo das *uillae* no campo egitaniense. Trata-se de um painel com *tessellae* brancas e negras, quase totalmente decorado com motivos geométricos, que o seu descobridor data dos finais do séc. IV ou mesmo já do séc. V (Fig. 3). Nele, uma figura humana parece querer pôr em ordem ou dar sentido a cinco elementos circulares associados a hexáfilos, quadrados e octógonos, a três “tapetes” onde, entre linhas paralelas, se tentaram desenhar em perspectiva mútuos ou consolas, três vasos de fruste traçado, dois filetes ondulados e um pequeno ramo estilizado de oliveira, *hedera* ou loureiro. Sem dúvida que a silhueta humana representada a negro procura ordenar um caos estabelecido a esmo, onde apenas o geometrismo surge perfeito quando marcado a compasso. A procura da representação perspéctica das consolas, os arcos secantes dentro de três círculos determinando sexifólios, desenhando quadrados de lados recurvos ou preenchendo o vazio junto ao círculo envolvente, completa-se com outras duas circunferências com quadrado central, uma com fita ondulante intersectando o círculo, lembrando uma estilizada *corona lemniscata*, e outra inscrita em dois octógonos concêntricos, processo que pode encontrar paralelos na coeva pintura das paredes da aula/basilica de Tróia de Setúbal (MACIEL, 1996, Figs. 75-76).

Os vasos, os hexáfilos e o ramo vegetalista revelam um inconsciente colectivo dionisiaco, ou seja, o artista parece procurar seguir uma tradição que já se estava diluindo nos comportamentos culturais. Este pavimento musivo revela semelhanças com o mosaico dionisiaco de *Annibonus* ou *Annius Ponius*, Mérida (KUZNETSOVA-RESENDE, 1997, 31-38, lám. 4), onde a desconstrução das imagens igualmente se evidencia com clareza. Mas também, no mosaico da capital da Lusitânia, a distribuição das figuras humanas, que constituem imagens-

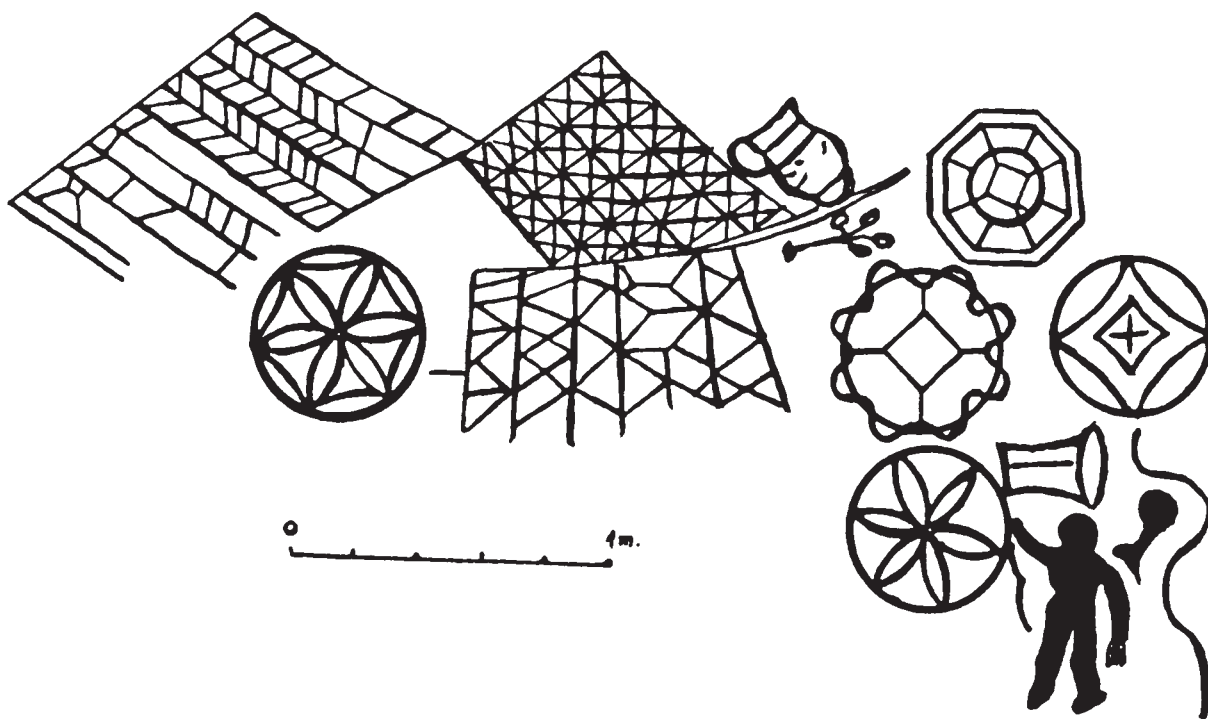


Fig. 3 – Desenho do mosaico da Idanha, segundo D. Fernando de Almeida.

-signo do encontro de Naxos entre Ariadne e Dioniso, e a colocação dos vasos, dos sexifólios e dos elementos vegetalistas tornam possível e evidente a aproximação das duas realizações musivas a nível de significante e de significado, de forma e conteúdo e também de cronologias. Se se propõe para o citado mosaico de Mérida os princípios do século V, mais avançado neste século será o do território da Idanha, relativamente próximo da capital da Lusitânia.

Este mosaico egitaniense revela-se-nos um pouco como a imagem da nossa percepção do que foram os quotidianos nesta cidade romana da Beira-Baixa e seu território na primeira Antiguidade Tardia, ou seja, nos séculos III-V: nublosa e com poucos dados objectivos, mas permitindo constatar a realidade da pervivência das formas e da voluntariosa expressão da linguagem, mesmo na transferência dos quotidianos para o campo, uma realidade que marcou toda a Antiguidade Tardia.

O que a muralha testemunha na cidade, o mosaico testemunha nos *agri* egitanienses, num tempo em que ainda o território da *ciuitas* mantém os limites que lhe foram designados pelo imperador Augusto, por volta de 4-6 d. C.: a Norte, separado das terras dos *Lancienses* pela serra de Penha Garcia e por uma linha que ia de S. Salvador (Penamacor) a Peroviseu ou mesmo a Souto das Casas (Fundão), passando por Torre dos Namorados e Capinha, tendo em conta o testemunho de *termini augustales* (ALARCÃO, 1996, p. 41). A Sul, confinando com o território da *ciuitas* dos *Tapori*, pela ribeira de Alpreade e rio Ponsul. A poente, pela serra da Gardunha. A nascente, com o território dos *Lancienses Oppidani*, entrando pelos actuais limites com Espanha até Alcântara e Piedras Albas (*Idem*, p. 42).

Se eram estes ou não os primitivos limites da diocese da Egitânia – ainda limitados ao território da *ciuitas* – e se já existia bispo na cidade antes das invasões de 409, não o sabemos. A possibilidade de haver já um *baptisterium* do século IV, com *alveus* rectangular recentemente descoberto no topo norte da chamada Sé Catedral (CRISTÓVÃO,

2002, 14, Fig. 23), poderá documentar já a existência de uma igreja paroquial, uma vez que era a esta que competia possuir baptistério. Só mais tarde o *Parochiale Sueuorum* associará a sede episcopal egitaniense à sede paroquial da Idanha, como veremos. Seja como for, encontrando-se já documentada a organização cristã na Lusitânia dos séculos III-IV (MACIEL, 1996, p. 32-42), fundamentada também em testemunhos arqueológicos e arquitectónicos, é de não excluir a possibilidade de a Egitânia dos séculos IV-V ser, pelo menos, já sede de *parochia*.

O CONTEXTO SUÉVICO

A Egitânia deve ter sofrido bastante com as incursões suévicas do séc. V. Situada no percurso da estrada militar que ligava *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, terá sido tomada, saqueada e ocupada várias vezes quando os Suevos se dirigiam para a capital da Lusitânia ou para a Bética e Cartaginense, e de novo regressavam à Galécia com o espólio dos seus saques. Idácio nada nos diz no seu *Chronicon* sobre a Egitânia. Todavia, as datas de 429 – ocupação de Mérida pelo chefe suevo Heremigário e profanação da Basílica de Santa Eulália (TRANOY, 1974, p. 128) – e de 440 – Réquila instala a corte suévica em Mérida até à sua morte em 448 (*idem*, p. 136), levam a pensar em percursos que passavam necessariamente pela Egitânia e seu território. No ano de 456, Mérida foi ocupada por algum tempo pelo rei visigodo Teodorico II, após uma guerra que quase aniquilou na Galécia os Suevos (*idem*, p. 156). Este rei e o seu exército, na sua viagem desde Braga até à capital da Lusitânia, terão passado também pela cidade egitaniense. Os Visigodos regressarão às Gálias logo no ano seguinte, onde o seu rei acabaria assassinado em 467, às mãos do seu irmão, Eurico. Com este, os Visigodos regressam à Hispânia, onde se instalam definitivamente, escolhendo como local da corte a cidade de Mérida a partir de 469 (*idem*, p. 176).

Nada sabemos sobre o relacionamento entre Suevos e Visigodos entre 469 e os meados do séc. VI. Mas a Egitânia vai-nos aparecer em 572 como tendo um bispo sufragâneo da metrópole eclesiástica de Braga, ou seja, com a sua diocese inserida no reino suévico (DAVID, 1947, p. 2). Durante a vigência deste, a cidade manteve-se como um dos pontos de passagem, e certamente de apoio, em relação aos peregrinos que se dirigiam ao túmulo de Santa Eulália, em Mérida, pois este último local continuava a ser procurado, desde o século IV, como lugar de culto de relíquias da mártir emeritense. De outro modo não seria sentido como foi o sacrilégio de Heremigário, em 429, como refere Idácio: *Tratara com desprezo Mérida, injuriando a santa mártir Eulália* (TRANOY, 1974, p. 128)⁶.

A diversidade das movimentações dos Suevos trouxe novo dinamismo ao eixo viário *Bracara-Emerita* e a cidades situadas no seu traçado, como Viseu e Egitânia. Ambas terão passado então a sedes de diocese eclesiástica. Viseu parece mesmo assumir um nome novo – *Viseo* –, desconhecendo nós hoje o que tinha antes de surgir como diocese. E o mesmo parece ter acontecido com Egitânia. Antes de ser diocese só a conhecemos como capital da *Ciuitas Igaeditanorum*. Como diocese vai estender os primitivos limites, abrangendo os territórios antigamente exclusivos dos *Lancienses* e dos *Tapori*. E se é duvidoso que tenha cunhado moeda suévica, é um facto que a zona do seu território, na actual área correspondente ao distrito de Castelo Branco, é uma das que apresenta mais achados de numismas suévicos (REINHART, 1937, 3, 24, 49, 70 e 71 e CABRAL & METCALF, 1997, p. 203-205). Segundo Cabral e Metcalf, *o maior agrupamento regional de achados é da zona de Castelo Branco, isto é, da diocese da Egitânia*. Os mesmos autores referem a proximidade do limite do reino suevo com o reino visigodo, o rio Tejo, justificando-se o maior número de moedas suévicas com a maior troca monetária proporcionada pelo contexto fronteiriço (*idem*, p. 189).

⁶ *De Emerita, quam cum sanctae martyris Eulaliae iniuria spreuerat.*

A integração da cidade na Lusitânia suévica aproximou-a de uma realidade geográfica diferente, a Galécia. Aqui está algo de novo, que virá a condicionar realidades futuras, como é o caso da formação de Portugal, que engloba a aproximação dos mundos atlântico e mediterrânico (MACIEL, 2005, p. 8). Os Suevos “forçaram” esta aproximação de realidades diferentes, algo que os romanos não fizeram. A criação da diocese egitaniense no contexto suévico foi fundamental nesta viragem, pois fez prolongar a Galécia até ao Tejo, uma vez que as sedes do reino suevo e da sé metropolitana se encontravam em *Bracara*. É no concílio reunido nesta cidade em 572 que constatamos mais claramente esta mudança, já visível em parte no concílio que já havia aí acontecido em 561, onde surge já o bispo de Conímbriga, Lucêncio.

A Egitânia poderá ter-se separado da diocese de Conímbriga entre 561 e 572 (OLIVEIRA, 1950, p. 44). Como acabámos de referir, o bispo desta última cidade, Lucêncio, assina as Actas do I e II Concílios de Braga, reunidos nestas datas. O bispo da Egitânia, Adorico, só aparece no II Concílio, em 572 (VIVES, 1963, p. 78 e 85): *Adoricus Egestanae ecclesiae episcopus, his gestis ss.* Poderá, pois, a nova diocese ser fruto da actividade reformadora de São Martinho de Dume que, através da chamada *Diuisio Theodemiri* ou *Parochiale Sueuorum*, se manifesta com todas as dioceses do reino suévico e respectivas paróquias. Pierre David considerou este documento contemporâneo de São Martinho de Dume e com a sua mão, documento que considera peça única, cujo equivalente não existe em nenhuma outra província eclesiástica do mundo latino (1947, p. 6). No que respeita à diocese egitaniense, a divisão em paróquias, como aliás na de Conímbriga, manifesta *um carácter arcaico*, dada a sua raridade e a sua ausência em *uillae* ou *fundi* (OLIVEIRA, 1950, p. 44). Com efeito, o *Parochiale*, no que respeita à Idanha, diz apenas o seguinte (*ibidem*): *Ad Egitaniensem tota Egitania: Municipio, Francos*. Explicitando, na diocese egitaniense inseriam-se três paróquias: toda a Egitânia, ou seja, todo o território da antiga *ciuitas*, e mais duas paróquias, a de *Municipio* ou *Monecipio*, correspondente ao território dos *Lancienses Oppidani*, e a de *Francos*, correspondente ao território dos *Tapori* (ALARCÃO, 1996, p. 42-43). Considerando os limites territoriais destas *ciuitates*, poderemos visualizar o crescimento da área de influência da Egitânia com a sua passagem a sede de diocese, com limites territoriais que a Norte subiam até à serra da Malcata e a Sul desciam até ao Tejo.

Como sede de diocese, a Egitânia teve *ecclesia* ou *basilica* episcopal. Como sede de *plebs* (MACIEL, 1992, p. 464), e à semelhança da *pieve* itálica, teve *ecclesia* ou *basilica*⁷ paroquial com baptistério e cemitério. Põe-se a questão de saber se tanto a diocese como a paróquia egitanienses usavam o mesmo edifício ou se havia edifícios autónomos. Só a arqueologia poderá vir a esclarecer esta dúvida, eventualmente através da descoberta de outra igreja. A expressão *tota Egitania* para a paróquia que abrangia todo o território da antiga *ciuitas* e o facto de só haver mais duas paróquias na diocese levam a pensar na grande proximidade administrativa e pastoral entre as duas sedes. Por outro lado, a existência de dois baptistérios sugere que o local onde se encontram se conotava com os quotidianos paroquiais. Sendo um deles, pela tipologia do *alueus*, anterior às épocas suévica e visigótica, tal poderá significar que o local era já sede de paróquia nos séc. IV-V, antes de haver uma *ecclesia* episcopal, só documentada a partir dos meados do séc. VI. Assim, levanta-se a possibilidade de a igreja episcopal se encontrar noutra local da cidade, continuando, no primeiro período da época suévica, a funcionar a paroquial com o seu *baptisterium* de piscina rectangular, situado a Norte da actual Sé Catedral. O baptistério situado a Sul, como veremos, estará mais de acordo com o renovamento verificado na época áurea do reino suévico, mas também poderá significar uma remodelação ou reordenamento da *ecclesia*, ou mesmo uma separação de edifícios litúrgicos correspondente à erecção da diocese. Quanto ao alicerces da(s) igreja(s) a que se associavam as duas piscinas baptismas, sabe-

⁷ A distinção entre *ecclesia* (assembleia e, por metonímia, lugar onde reunia essa assembleia) e *basilica* (lugar com dignidade e ordenação régias com função polivalente no foro romano) mantém-se nos tempos constantinianos quando se dá o nome de basilicas às grandes igrejas imperiais. Mas depois atenua-se e chega mesmo a evoluir no sentido de só se atribuir a palavra *basilica* ou *baselica* às pequenas igrejas cemiteriais ou martiriais, como acontece no séc. VI (MACIEL, 1991, p. 10-11).

mos apenas que estes se articulariam com os *baptisteria*, pois, muito possivelmente, se encontrarão sob o edifício bem posterior que hoje é conhecido por Sé Catedral. O levantamento que foi feito por Theodor Hauschild, e que reproduzimos (Fig. 2), indica a inserção da piscina baptismal do séc. VI num edifício anterior ao actual, mas os traçados dos alicerces e paredes não nos surgem muito claros quanto à tipologia da *ecclesia*.

Se no período romano tardio a topografia cristã se apresenta documentada na Egitânia por um *alveus* baptismal rectangular, na época suévica verificamos a continuidade dos rituais da iniciação cristã. A importância e a realização destes estão bem documentadas por dois textos de São Martinho de Dume, bispo dumense e bracarense que marcou indelevelmente os tempos áureos do reino dos Suevos: o primeiro é o *De Trina Mersione* (MACIEL, 1996, p. 68), em que se equacionam as tradições de uma tripla ou de uma única imersão baptismal; o segundo texto é o *De Correctione Rusticorum* (MACIEL, 1980 e 1989, 309-320), *sermo* que o mesmo autor escreveu a pedido de *Polemius*, bispo de Astorga, sobre o modo como se poderia melhor aplicar a pastoral rural do baptismo, usando uma linguagem acessível à população do interior, lembrando o significado do ritual de iniciação cristã e a necessidade de ultrapassar certos resíduos culturais do paganismo, designadamente através de comportamentos de solidariedade social, de cristianização dos quotidianos e de frequência, aos domingos, dos *loca sancta* ou *loca sanctorum*, expressão martiniana que supõe o crescimento de basílicas e oratórios, muitas vezes privados, como o reconhecem os cânones dos concílios bracarenses deste tempo (MACIEL, 1991, p. 8-10).

Estas reflexões poderão ter importância para a percepção dos testemunhos arqueológicos existentes na Egitânia, documentando a pastoral baptismal no período suévico e salientando mais o contexto paroquial do que o episcopal. Por isso, a datação do segundo baptistério, construído a Sul da actual Sé Catedral, cabe logicamente nos finais do séc. VI ou mesmo inícios do VII, no tempo ou logo após a época de São Martinho de Dume, que ao baptistério chamava simplesmente *fons* e *fontes*, ou seja, fonte ou fontes baptismais, pois usa o termo tanto no singular como no plural (*De Correctione Rusticorum*, 15, ver texto latino na nota a seguir). Este baptistério dispõe-se em desenho cruciforme, de acordo com a introdução deste tipo de planta em edifícios religiosos na Hispânia, sendo o primeiro exemplo conhecido a Basílica de São Martinho de Tours em Dume (MACIEL, 1998, p. 745-756), dos meados do séc. VI. Este novo modelo arquitectónico entrou também pelo Sul, como o testemunha também a *ecclesia* do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) (MACIEL, 1996, p. 91-100), surgindo igualmente na cabeceira de outra igreja desta época, a basílica paleocristã de Conímbriga (MACIEL & COELHO, 1994, p. 75-92). Não admira que a planta cruciforme também se aplicasse aos *baptisteria*, sendo eloquente o seu surgimento na Egitânia, na *Villa* de Torre de Palma e noutros lugares da Hispânia, com destaque para o da basílica de La Vega del Mar (Málaga) (PALOL, 1967, p. 170-171).

A piscina baptismal de contexto suévico da Idanha apresenta em si uma forma rectangular, como se pode verificar na planta que nos deixou D. Fernando de Almeida, que reproduzimos (Fig. 4), piscina que, prolongada por dois degraus, desenha um plano cru-

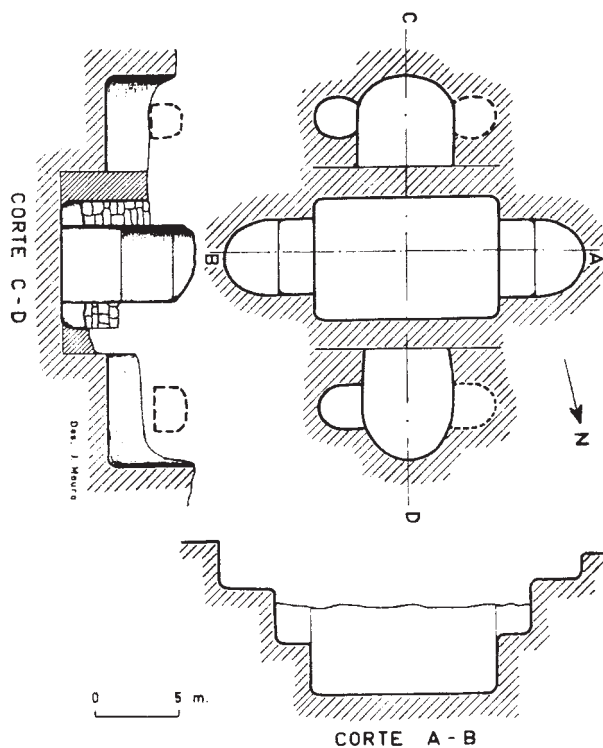


Fig. 4 – Planta do baptistério egitanense do séc. VI, segundo D. Fernando de Almeida.

ciforme com duas pequenas pias cujo eixo se dispõe verticalmente em relação ao eixo da piscina com os degraus. Estas pias, com os fundos a uma cota superior ao pavimento do *alveus* rectangular e deste separadas por um pequeno septo, apresentam, também a um nível superior ao respectivo fundo, dois pequenos lóbulos simétricos. Todo o conjunto era revestido a *opus sectile*, sendo ainda visíveis *crustae* marmóreas dispostas na horizontal e na vertical (ALMEIDA, 1965, p. 134).

O surgimento de pequenas pias associadas a piscinas baptismais faz pensar de imediato na funcionalidade do conjunto, seja para o baptismo de crianças, seja para o baptismo de pessoas adultas. Assim, este baptistério apresenta uma dupla contextualização suévica: a planta cruciforme e a adaptação ao baptismo de crianças. São Martinho de Dume, no seu *De Correctione Rusticorum*, testemunha já a existência paralela de baptismos de umas e de outras, quando lembra aos *rustici* os seus compromissos baptismais: *Porque cada um de vós deu o nome junto das fontes baptismais, por exemplo, Pedro ou João ou qualquer outro nome e foi interrogado pelo sacerdote: “Como te vais chamar?” Respondeste tu, se já podias responder, ou certamente aquele que atestou por ti, que foi teu padrinho, que disse, por exemplo: “Chamar-se-á João”...*⁸

O período suévico surge, assim, com reflexos bem significativos para um entendimento da Egitânia da Antiguidade Tardia.

O CONTEXTO VISIGÓTICO

Em 585, o rei visigodo Leovigildo derrota o rei suevo Andeca, de que resulta a incorporação do reino suévico no visigótico. A experiência de unir a Galécia com a Lusitânia ou parte dela conhecia uma pausa, diluída no facto de os visigodos terem continuado a reconhecer uma certa autonomia ao Noroeste Hispânico (REINHART, 1952, p. 61). Um dos indícios desse reconhecimento é o facto de, até ao ano de 660, a Egitânia ter continuado a ser sufragânea da metrópole bracarense. Também é de notar que o bispo local não compareceu no III Concílio de Toledo de 589, assembleia de bispos hispânicos que oficializou a conversão do reino visigodo ao catolicismo. Só em 660, no tempo de Recesvinto, a Egitânia voltou à antiga província da Lusitânia e a integrar-se na área metropolitana de *Emerita*, de que estava tão próxima. Essa integração foi feita a pedido do bispo emeritense Orêncio (DAVID, 1947, p. 2). Com efeito, a Egitânia pertencia naturalmente à Lusitânia, no período romano. Talvez por isso, no concílio provincial de Mérida, em 666, o bispo egitaniense Síclua merecera honras especiais de boas-vindas: com efeito, surge nas actas logo em segundo lugar, imediatamente a seguir ao metropolitano *Proficius* (VIVES, 1963, p. 343), sendo o único a usar uma fórmula individualizada, em que se distingue como bispo da cidade egiditana e sufragâneo de Mérida. Será de interesse notar que não se afirma como bispo da igreja egitaniense, como era corrente nas actas conciliares hispânicas, mas como bispo da cidade egiditana⁹. Nesta altura, a *ciuitas* já não era o povo que tinha a sua capital no opido da Egitânia, como no primeiro período da romanização, mas o aglomerado urbano dentro de muralhas, modificação de conceitos esta que se manifesta como típica da Antiguidade Tardia. A Egitânia é, no século VII, e perante a igreja e o reino visigodo, uma cidade.

É no período visigótico que a topografia cristã aqui melhor se define, acompanhada por uma lista de, pelo menos, seis bispos egitanienses que acodem regularmente aos concílios nacionais na corte de Toledo:

⁸ *De Correctione Rusticorum*, 15, in MACIEL, 1989, p. 316: *Nam cum singuli nomen uestrum dedistis ad fontes, uerbi gratia, aut Petrus aut Iohannes aut quodlibet nomen, sic a sacerdote interrogati fuistis: «Quomodo diceris?» Respondisti aut tu, si iam poteras respondere, aut certe qui pro te fidem fecit, qui te de fonte suscepit, et dixit, uerbi gratia: «Iohannes dicitur»...*

⁹ Vives, 1963, p. 343: *Ego Schua (sic) Igidatanae ciuitatis [ecclesiae] episcopus pertinens ad metropolim Emeritensem haec instituta cum archiepiscopo meo Proficio a nobis definita suscripsi.*

1. Licério, Concílio de Toledo de 597, sob Recáredo¹⁰. Assina também, entre 610 e 612, um decreto do rei Gundemaro¹¹.
2. Montense, IV e VI Concílios de Toledo, o primeiro sob Sisenando, em 633¹² e o segundo sob Chintila, em 638¹³.
3. Arménio, VII Concílio de Toledo, em 646¹⁴, sob Chindasvinto.
4. Síclua, VIII Concílio de Toledo, em 653¹⁵ e Concílio de Mérida de 666¹⁶, ambos sob Recesvinto.
5. Monefonso, XIII e XIV Concílios de Toledo, em 683¹⁷ e em 684¹⁸, ambos sob Ervígio.
6. Argesindo, no XVI Concílio de Toledo, em 693¹⁹, sob Egica.

Desta lista podemos concluir uma visão mais clara do tempo de governação por parte de alguns bispos: Licério, pelo menos treze anos, entre o Concílio de Toledo de 597 e o primeiro ano do governo de Gundemaro, em 610. Montense, pelo menos cinco anos, entre os Concílios de 633 e 638. Síclua, também pelo menos treze anos, entre o Concílio de Toledo de 653 e o de Mérida de 666. E Monefonso, pelo menos dois anos, entre os Concílios de 683 e 684.

Há uma referência à Egitânia na *Vita Fructuosi*, tradicionalmente atribuída ao monge *Valerius*, que nos diz ter São Frutuoso passado pelo território da cidade da Egitânia – o texto chama-lhe *urbs* – a caminho de *Emerita* e em peregrinação ao túmulo de Santa Eulália²⁰. Não se sabe quando foi feita esta viagem, mas foi certamente antes da nomeação de Frutuoso para bispo de Braga no X Concílio de Toledo em 656. Esta referência da *Vita* indica duas realidades: que se continuava a ir em peregrinação ao túmulo de Santa Eulália nos meados do séc. VII e que o caminho utilizado para esse efeito, por quem vinha da zona bracarense, era privilegiadamente pela antiga via romana que passava pelo território e pela *urbs* da Egitânia, cuja importância parece consolidar-se na época visigótica. A cunhagem da moeda, seja na própria cidade episcopal, seja na sua paróquia de *Monecipio*, testemunha a intensidade de vida nesta região, com o crescimento de trocas comerciais e intercâmbio social de certa importância a nível regional (Fig. 5). Efectivamente, dez monarcas visigodos cunharam moeda na *urbs* da Egitânia (MARQUES, CABRAL & MARINHO, 1995, p. 271). E durante dois reinados cunhou-se também moeda em *Monecipio* (*Ibidem*).

No que respeita à topografia cristã, a época visigótica foi, na Egitânia, um tempo de continuidade de uma arquitectura que se definiu nos seus vectores fundamentais na época suévica. Mas o que hoje é visível desse tempo encontra-se apenas localizado nos *baptisteria* e seu envolvimento espacial ou disperso nos elementos soltos da chamada decoração arquitectónica litúrgica. Em texto que publiquei em 1992, escrevi: *Pensamos que a chamada Catedral da Idanha-a-Velha, posterior e sobreposta à primitiva basílica da época suevo-visigótica, guarda ainda algumas marcas da construção primitiva. Cremos, porém, que a sua planta actual apresenta mais semelhanças*

¹⁰ *Licerius, in Christi nomine Igitanae ecclesiae episcopus* (*Idem*, p. 157).

¹¹ *Ego Licerius ecclesiae Egiditanae episcopus ss.* (*Idem*, p. 406).

¹² *Montensis ecclesiae Equitaniensis episcopus subscripsi* (*Idem*, p. 223).

¹³ *Montensis I[gi]ditanae episcopus subscripsi* (*Idem*, p. 247).

¹⁴ *Armenius sanctae ecclesiae Egaditanae episcopus haec statuta definiens subscripsi* (*Idem*, p. 258).

¹⁵ *Siclua Egitaniensis episcopus* (*Idem*, p. 287).

¹⁶ Já documentado atrás.

¹⁷ *Monefonsus, Egiditanus eps. similiter* (*Idem*, p.432).

¹⁸ *Monefonsus Igeditanae sedis episcopus ss* (*Idem*, p. 472).

¹⁹ *Argesindus Egitaniensis episcopus ss* (*Idem*, p. 520).

²⁰ *Patrologia Latina* 87, 464: *Quadam die cum caeteris comitibus sui itineris per loca quae urbi Eltaniae contigua sunt pergeret, atque provinciae Lusitaniae eximiam urbem Emeritam ob desiderium egregiae uirginis Eulaliae peteret... Sed, ut supra diximus dum in Eltaniae partibus uiae suae carperet iter...*



Fig. 5 – Tremissis de Roderico (700-710 d.C.) cunhado em Egítânia. 1,26 g. Módulo de 21 mm. Foto reproduzida com autorização do Dr. J. Salgado.

de Braga e de Toledo. Sobretudo o cânon XVIII do IV Concílio Toletano (VIVES, 1963, p. 198), em que participou o bispo Montense da Idanha, foi importante para entendermos como progressivamente se criavam nas igrejas espaços próprios e exclusivos para o celebrante e o acólito, para o clero ou monges e para o povo, ou seja, o *sanctuarium*, o *chorus* e o *quadratum populi (extra chorum)*²¹.

É possível observar uma certa individualidade distintiva da decoração arquitectónica litúrgica na Egítânia e, por isso, considere a existência de um grupo de enquadramento próprio desta escultura no âmbito da diocese egítaniense (MACIEL, 1995, p. 140), apesar da interacção evidente com o grupo conimbrigense, explicável pela proximidade e eventual anterior integração administrativa, bem como com o grupo emeritense, do qual recebeu forte influência, como se verifica na decoração das impostas, que se justifica também pela proximidade e dependência administrativa. As impostas, próximas das que Cruz Villalón classifica como tipo 1 em Emérita (1985, 240-241),

com os modelos basilicais cristãos primitivos por uma questão de continuidade formal do que propriamente por referência à planta primitiva da basílica da época suevo-visigótica e já com marcas indeléveis de utilização islâmica e reformulações posteriores (MACIEL, 1992, p. 486). Continuo a pensar do mesmo modo, ou seja, julgo que o que nos é possível ver hoje da Antiguidade Tardia na Egítânia e até à época islâmica são as manifestações da arquitectura paleocristã praticamente apenas nos baptistérios e o que tem sido considerado como tempo áureo dentro da Antiguidade Tardia, a época visigótica, deverá ser pensado em termos de um contexto mais alargado, vindo já do antecedente, chamado suevo-visigótico. É possível uma ou mais reformulações da primitiva basílica episcopal, paroquial ou bivalente, com progressivo abandono das piscinas baptismais dos sécs. IV-V e VI-VII e sua substituição por grande pia colocada sobre pedestal ou pé colunado – correspondente à ideia das que hoje vemos nos baptistérios das igrejas actuais – só para iniciação das crianças. Para a ideia de uma ou mais reformulações arquitecturais contribui a existência de elementos decorativos arquitectónicos que pressupõem construções progressivamente mais monumentais, elementos esses que surgem dispersos ou reutilizados na posterior Sé Catedral; mas o que vemos hoje em termos de alçado e grande aparelho é já bem posterior aos tempos da Antiguidade Tardia.

As possíveis reformulações dos espaços basilicais que existiram em Idanha-a-Velha poderão reflectir a compartimentação sectorial determinada pelos concílios

²¹ VIVES, 1963, p. 198: *Sacerdos et leuita ante altare communicent, in choro clerus, extra chorum populus.*

sobressaem na Egitânia (ALMEIDA, 1962, 209 e Figs. 167-169) pelo seu talhe contido e aplanado, com decoração trifoliada que, adaptando-se às inclinadas superfícies inferiores destes suportes, reforça o seu movimento ascendente e alargado. Ressaltam também os pilarzinhos ou pilaretes, como um encontrado em escavações dentro da Sé Catedral (*idem*, p. 203, Fig. 117), com decoração vegetalista trifoliar reportada à representação da flor-de-lis, podendo-se aproximar da decoração de um friso reutilizado no mesmo edifício (*idem*, p. 217, Fig. 208) e, sobretudo, uma *mensa* relativamente pequena que, se não funcionou como mesa de altar, esteve sem dúvida associada aos cerimoniais

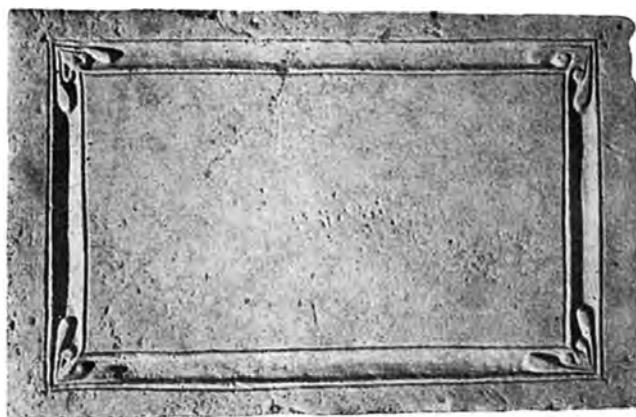


Fig. 6 – *Mensa* de contexto eucarístico encontrada na Egitânia, segundo fotografia de D. Fernando de Almeida

eucarísticos como *mensula* ou credência (ALMEIDA, 1962, p. 250, Figs. 385 e 386), guardando na parte inferior uma cavidade em negativo para o pé ou suporte (Fig. 6). Esta mesa é, na superfície superior, marcada em meia cana com *hederæ* estilizadas nos cantos, movimentando-se estas em voluta e dentro de duas folhas que crescem no sentido da meia cana. Esta fina e despojada decoração dá-lhe um aspecto classicizante e aproxima-a da de Salpensa (Sevilha), datada do ano de 642 (SCHLUNK & HAUSCHILD, 1978, p. 63, Abb. 42)²².

O que aqui se escreveu introduz apenas uma reflexão sobre a Antiguidade Tardia na Egitânia. Como vimos, são poucos mas eloquentes os dados num espaço urbano que guarda e mostra ainda claramente vectores dinâmicos de um traçado romano em evolução contínua com as marcas indeléveis da topografia cristã. Neste campo, três realidades são indesmentíveis na Idanha-a-Velha: a evidência da arquitectura paleocristã, a identificação de construções baptismais e a existência de decoração arquitectónica de funcionalidade litúrgica. Uma sucessão regular de bispos nas épocas suévica e visigótica permite considerar uma racionalização consciente e pedagógica no planeamento e vivência destas realidades.

A continuação dos trabalhos arqueológicos e a sistematização dos testemunhos materiais dos quotidianos das épocas romana tardia, suévica e visigótica virão, sem dúvida, destacar como esse tempo foi signficante na Egitânia, indelevelmente ali condicionando os tempos futuros.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Philipps Ltd. 2 vols.
- ALARCÃO, J. (1996) – Sobre a localização dos *Lancienses* e *Tapori*. *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* (Coord. M. Justino Maciel). Lisboa: Edições Colibri, p. 39-44.
- ALMEIDA, F. (1956) – *Egitânia, História e Arqueologia*, Lisboa: Faculdade de Letras.
- ALMEIDA, F. (1962) – Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 4, p. 5-256.

²² A decoração arquitectónica de contexto litúrgico da Antiguidade Tardia em Portugal está a ser objecto de estudo por parte da Dr^a. Licínia Correia Wrench, da Universidade Nova de Lisboa, para uma tese de doutoramento, e inclui o estudo desta decoração na Egitânia.

- ALMEIDA, F. (1965) – O baptistério paleocristão da Idanha-a-Velha (Portugal). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 31, p. 134-136.
- ALMEIDA, F. (1975) – Sur quelques mosaïques du Portugal, Torre de Palma et autres. *La mosaïque gréco-romaine*. Vienne (Paris). II, 219-226.
- ALMEIDA, F. (1977) – *Ruínas de Idanha-a-Velha: Civitas Igaeditanorum. Egitania: guia para o visitante*. Lisboa.
- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. V. (1964) – Antiguidades da Egitânia. Alguns achados dignos de nota. *Arqueologia e História*. Lisboa. 8ª Série, 11, p. 95-101.
- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. V. (1966) – A estratigrafia observada no local do «Balineum» lusitano-romano da Egitânia. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 76 (1-2), p. 109-116.
- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. V. (1968) – Uma «fornax» lusitano-romana na Egitânia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 61-70.
- CABRAL, J. P.; METCALF, D. M. (1997) – *A moeda sueva*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática.
- CRISTÓVÃO, J. (2002) – *A aldeia histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma visita*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.
- CRUZ VILLALÓN, M. (1985) – *Mérida visigoda, la escultura arquitectónica e litúrgica*. Badajoz.
- DAVID, P. (1947) – *Études historiques sur la Galice e le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Coimbra.
- KUZNETSOVA-RESENDE, T. (1997) – O encontro em Naxos. *Anas*. Mérida. 10, p. 31-38.
- MACIEL, M. J. (1980) – O «De Correctione Rusticorum» de São Martinho de Dume. *Bracara Augusta*. Braga. 34, II, p. 483-561.
- MACIEL, M. J. (1989) – Texto sobre credices, ontem. *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto. II, p. 309-320.
- MACIEL, M. J. (1991) – *Arquitectura paleocristã em contexto suévico*. Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- MACIEL, M. J. (1992) – Vectores da Arte Paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico. *XXXIX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*. Ravenna: Edizioni del Girasole, p. 435-495.
- MACIEL, M. J. (1995) – A Arte da Antiguidade Tardia (sécs. III-VIII – ano de 711). *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira). Lisboa: Círculo de Leitores, p. 102-149.
- MACIEL, M. J. (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa.
- MACIEL, M. J. (1998) – Trois églises de plan cruciforme au Portugal et les trajets méditerranéens des VIe et VIIe siècles. *Acta XIII Congressus Internationalis Aethaeologiae Christianae*. Split/Porec (Città del Vaticano): II, p. 745-756.
- MACIEL, M. J. (2005) – Marcas da Antiguidade na génese cultural portuguesa. *ArteTeoria*. Lisboa: 7, p. 7-16.
- MACIEL, M. J.; COELHO, T. C. (1994) – A basílica e o baptistério paleocristãos de Conímbriga. *Actas da III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Maó (Barcelona), p. 75-92.
- MARQUES, M. G.; CABRAL, J. P.; MARINHO, J. R. (1995) – *Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática.

- OLIVEIRA, M. (1950) – *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação*. Lisboa.
- PALOL, P. (1967) – *Arqueologia Cristiana de la España Romana*. Madrid-Valladolid.
- PATROLOGIA LATINA (1844 ss) – *Patrologiae cursus completus* – Series latina, ed. J.-P. Migne, Paris.
- REINHART, W. (1937) – Die Münzen des Schwebenreiches. *Mitteilungen der Bayerischen Numismatischen Gesellschaft*. München, 55, p. 151-190.
- REINHART, W. (1952) – *Historia General del Reino Hispanico de los Suevos*. Madrid.
- SCHLUNK, H.; HAUSCHILD, Th. (1978) – *Hispania Antiqua. Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen Zeit*. Mainz am Rhein.
- TRANOY, A. (1974) – *Hydace. Chronique*. Paris, «Sources Chrétiennes».